



O Gen Ex Vincent K. Brooks, Comandante do Exército do Comando do Pacífico, visita uma área de treinamento juntamente com o Gen Ex Xu Fenlin, Comandante da Região Militar Guangzhou, do Exército de Libertação Popular (PLA), durante o 10º Intercâmbio Anual de Controle e de Resiliência de Desastres no Macun Barrack em Haikou, na Província de Hainan, República Popular da China, 18 Jan 15. O evento de cooperação em segurança enfatiza interação e participação ativa lado ao lado com o PLA durante treinamento para assistência humanitária e operações de socorro em situação de calamidade.

(Maj Lindsey Elder/ Gabinete de Relações Públicas do USARPAC)

O Exército, Engajamento e o Século de Concentração no Pacífico dos Estados Unidos

Ten Cel Daniel Gibson, Exército dos EUA
Cap Jon Cheatwood, Exército dos EUA

Considerando que o Oceano Pacífico abrange 63,8 milhões de milhas quadradas de mar aberto, é fácil perder a noção da importância do poder terrestre dos EUA na região. Embora muito tenha sido escrito em anos recentes quanto ao significado do reequilíbrio no Pacífico, muitas autoridades no Exército talvez questionem que papel as suas forças terrestres exercerão nesse teatro de operações estratégico. As forças que se encontram singularmente concentradas correm o risco, atualmente, de cultivar as competências para manobras de armas combinadas às custas das suas capacidades de adequadamente instruir e orientar as forças de nações anfitriãs. Essa perspectiva de alcance limitado pode frustrar os esforços para atingir objetivos estratégicos e operacionais no Pacífico.

Este artigo argumenta que as atividades de Assistência às Forças de Segurança, um subconjunto das iniciativas gerais de cooperação em segurança do Departamento de Defesa, são essenciais na formação do ambiente de segurança na área de responsabilidade do Comando do Pacífico dos EUA (USPACOM, na sigla em inglês). Analisa, também, o teatro de operações estratégico do USPACOM, ao mesmo tempo em que descreve o papel do Exército na cooperação em segurança, apresentando as lições oriundas das missões de assessoria e fazendo recomendações sobre como o Exército deve organizar, adestrar e equipar-se para o seu papel estratégico nesta área de responsabilidade. A Assistência às Forças de Segurança, caso bem conduzida na região, possui grande potencial para realizar os objetivos estratégicos dos EUA.

Uma Análise do Teatro de Operações Estratégico do USPACOM

A visão do Presidente Barack Obama para um foco renovado na região Ásia-Pacífico ficou evidente durante seu primeiro mandato. Em observações, em novembro de 2001, perante o parlamento australiano, Obama lembrou a audiência que “os Estados Unidos sempre foram e sempre serão, uma nação do Pacífico”¹. Essa visão foi reforçada na *Estratégia de Segurança Nacional*, de 2015, e na *Revisão Quadrienal da Defesa*, de 2014, do Departamento de Defesa, que descreve o objetivo de “continuar com as contribuições dos EUA ao reequilíbrio da Ásia-Pacífico... uma região que é progressivamente mais central para os interesses políticos, econômicos e de segurança dos EUA”². Os comandantes militares no Pacífico entendem essa orientação e adaptam as forças para satisfazer as exigências estratégicas.

A estratégia do USPACOM esboça a abordagem do comando para a implantação da orientação estratégica de defesa esquematizada em *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense* (“Como Sustentar a Liderança Global dos EUA: As Prioridades para a Defesa no Século XXI”, em tradução livre), sobre a qual a *Revisão Quadrienal da Defesa* é baseada³. O Alm Esq Harry B. Harris, Comandante do USPACOM, anota a necessidade de “modernizar e fortalecer alianças e parcerias” como um dos seus princípios orientadores. A sua orientação de comando apresenta, também, uma linha de operações concentrada no fortalecimento das relações como parte do reequilíbrio⁴. Dentro dessa estratégia, o desenvolvimento da capacidade da

nação-parceira para conduzir defesa e prover a dissuasão é um objetivo inerente à cooperação em segurança⁵. Apesar da natureza marítima da região, a cooperação em segurança é conduzida principalmente dentro dos domínios terrestres e humanos, exigindo interações singulares entre exércitos. A capacidade de controlar o domínio terrestre e influenciar o domínio humano são tarefas do componente terrestre⁶. Como o comando do componente terrestre da força conjunta dentro da área de responsabilidade do USPACOM, essas tarefas cabem ao Exército do

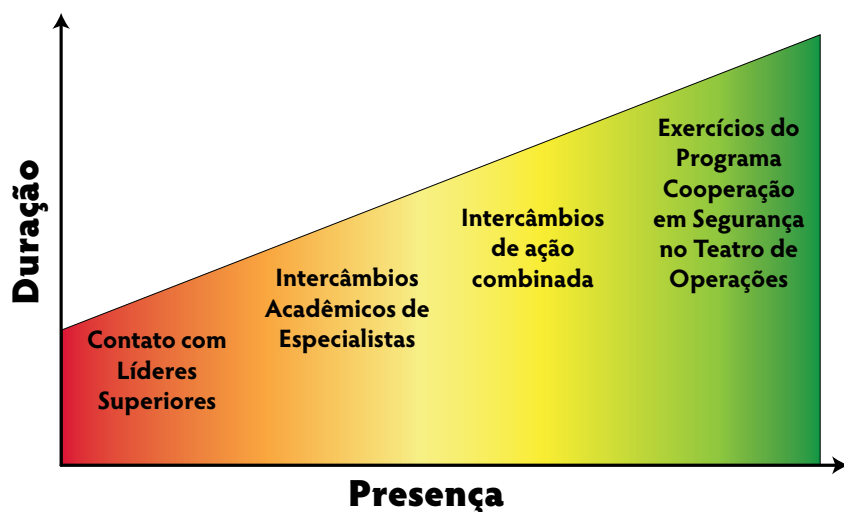


Figura Espectro de Engajamento

Comando do Pacífico (USARPAC, na sigla em inglês). Contudo, o Exército não está adequadamente preparado para contribuir com a consecução dos objetivos no teatro de operações do comandante do USPACOM, em qualquer dos domínios.

Indicativa dessa preparação inadequada é uma força designada que é melhor estruturada para travar a Operação *Desert Storm* do que para executar a cooperação em segurança na região e conduzir o que a Publicação Conjunta 5-0, *Planejamento Operacional Conjunto* (Joint Publication 5-0, *Joint Operation Planning*), designa como “Fase 0, Formar”⁷. Enquanto iniciativas estão em andamento para facilitar a presença avançada por meio de exercícios bilaterais e multilaterais, o desenvolvimento das capacidades de aliados e de nação-parceiras é frequentemente tratado como uma tarefa secundária.

O Papel do Exército na Cooperação em Segurança

O papel do Exército na cooperação em segurança merece uma análise mais aprofundada. Atualmente, a gama de envolvimento na região engloba atividades que variam desde encontros com líderes superiores até os exercícios do programa de cooperação em segurança no teatro de operações, como representada na figura.

O tempo necessário para encontros individuais com líderes superiores, representado na extrema esquerda do espectro, é relativamente curto. Concentram-se em um público muito pequeno, embora influente, já que há relativamente poucos participantes. Em geral, são oficiais-generais que possuem, tipicamente, a capacidade de formar e aproveitar relações por dois ou três anos antes de mover-se a postos subsequentes. No direito extremo do espectro são os exercícios do programa de cooperação em segurança do teatro de operações. Esses exercícios duram mais tempo, envolvem muito mais tropas e se concentram no desenvolvimento de relações com públicos muito maiores.

Entre esses dois lados do espectro existem várias atividades que podem facilitar a realização dos objetivos estratégicos dos comandantes do USPACOM. A maioria dessas atividades do meio do espectro se encaixam, geralmente, na categoria de intercâmbios acadêmicos de especialistas ou de intercâmbios de ação combinada⁸. Esses podem ser planejados, coordenados e executados por comandantes intermediários e podem

produzir efeitos duradouros porque as relações estabelecidas devem durar por muito mais tempo, potencialmente uma década ou mais. Essas atividades merecem atuação específica e instrução especializada para os potenciais participantes. Ao se apressar para distanciar-se das operações no Iraque e no Afeganistão, o Exército arrisca a perder as lições aprendidas arduamente sobre a dimensão humana, associadas com o desenvolvimento das relações interpessoais que se aplicam diretamente à execução desses tipos de intercâmbios.

O valor da força aumenta por meio da retenção dessas capacidades e habilidades para o uso futuro. Valer-se dessas lições oriundas das ações no Afeganistão e no Iraque e adaptar uma abordagem de Assistência às Forças de Segurança podem ajudar a vencer na Fase 0 e mitigar a possibilidade de ter de conduzir essas tarefas em um futuro conflito irregular. Consequentemente, seria de alcance limitado cortar o financiamento da instrução da Assistência às Forças de Segurança como uma medida de economia de custos.

As Lições Aprendidas no Iraque e no Afeganistão

O reequilíbrio para o Pacífico ocorre após desdobramentos no Iraque e no Afeganistão, onde as missões de Assistência às Forças de Segurança foram numerosas e essenciais para as operações. Pesquisas iniciais com o objetivo de verificar se as lições oriundas desses desdobramentos podem ser aplicadas pelos Comandos Combatentes têm ocorrido, até certo ponto. Um relatório da RAND, de 2013, *Leveraging Observations of Security Force Assistance in Afghanistan for Global Operations* (“Aproveitando as Observações de Assistência às Forças de Segurança no Afeganistão para as Operações Globais”, em tradução livre), anota, “Indagar a grande rede de assessores da Assistência às Forças de Segurança e coletar os seus discernimentos é relativamente fácil. A tarefa mais difícil é determinar quais dessas lições aprendidas realmente são implantáveis e sustentáveis para as operações futuras de Assistência às Forças de Segurança”⁹.

Esse relatório propõe muitas conclusões qualitativas com relevância para a condução de operações futuras do Exército. Cabe mencionar que o relatório explora o papel que a alocação de pessoal deve exercer, declarando que, “A moral e o entusiasmo para a missão de assessoria continuarão a ser intimamente vinculados

ao desempenho e aos resultados dos assessores¹⁰. O relatório mostra, também, o papel que instrução precisa exercer no desenvolvimento de assessores competentes, ressaltando que o tempo e a ênfase colocados no treinamento para tarefas de Assistência às Forças de Segurança são inadequados, em toda a força convencional. O valor dessas conclusões deve ser debatido com mais detalhes entre a liderança do Exército no sentido de serem aplicadas à preparação de forças alinhadas regionalmente.

O esforço do Exército para colher as lições relacionadas a Assistência às Forças de Segurança e para estabelecer os princípios doutrinários levaram à publicação do Manual de Campanha 3-22, *Apoio do Exército à Cooperação em Segurança* (FM 3-22, *Army Support to Security Cooperation*), no início de 2013. Esse manual de campanha contém seções importantes sobre as habilidades que assessores devem desenvolver e o papel que a cultura exerce na assessoria, da mesma forma que o seu predecessor, o já obsoleto Manual de Campanha 3-07.1, *Assistência às Forças de Segurança* (FM 3-07.1, *Security Force Assistance*)¹¹. Vários artigos nas publicações do Departamento do Exército, e em outras fontes, fornecem orientação de como esse tipo de assistência pode ser conduzida efetivamente. Essas obras, em adição à doutrina atual, devem moldar como as unidades no Pacífico pensam sobre os seus engajamentos regionais.

Durante a última década, temos visto o renascimento e a evolução da Assistência às Forças de Segurança como um conceito operacional, conforme o Exército definiu como escolher e treinar para esse tipo de missão, no nível institucional. A organização para a assessoria evoluiu desde as equipes de transição militar e das equipes de transição policial até as brigadas de assessoria e de assistência no Iraque. No Afeganistão, as equipes de instrução incorporadas evoluíram para equipes de treinamento em segurança, que depois foram substituídas por equipes e brigadas de Assistência às Forças de Segurança. Atualmente, com o declínio das operações no Iraque e no Afeganistão, o Exército se encontra em uma encruzilhada institucional, semelhante à sua experiência no final da era do Vietnã. Deve se perguntar, “Que nível de comprometimento deve o Exército colocar na missão de Assistência às Forças de Segurança em relação às suas outras responsabilidades?”



Com a redução recente na Academia de Assessores do Exército, no Forte Polk, Louisiana, e com o fechamento do Centro de Guerra Irregular do Exército, a base institucional dos nossos esforços futuros de assessoria está em risco. A falta de conhecimento institucional pode levar unidades a adotarem abordagens ad hoc para a Assistência às Forças de Segurança. Conforme as forças do Exército ficam progressivamente mais engajadas em exercícios multilaterais por todo o Pacífico, parece essencial que essas formações tirem proveito das devidas lições dos conflitos recentes para treinar adequadamente as forças para conduzir a missão de Assistência às Forças de Segurança por todo o teatro de operações.



Fuzileiros Navais dos EUA do 4º Regimento de Fuzileiros navais, Força Rotativa de Fuzileiros - Darwin, conduzem operações baseadas em patrulhas e engajamento em ataques de escalão pelotão, entre 9 e 11 de setembro de 2015, com tropas das Forças Armadas da Sua Majestade de Tonga, da Força de Defesa da Nova Zelândia, do Exército francês da Nova Caledônia e da Guarda Real de Tonga durante o evento culminante do Exercício *Tafakula 15*, na ilha de Tongatapu, Tonga. O desdobramento rotativo de Fuzileiros Navais em Darwin oferece oportunidades de treinamento combinado sem precedentes, como o Exercício *Tafakula*, e melhora a interoperabilidade entre as forças envolvidas.

(Cb Angel Serna/ CFN dos EUA)

O Emprego da Assistência às Forças de Segurança para Realizar Resultados Estratégicos: O Que é Necessário?

É útil examinar os princípios de organização para a atividade de Assistência às Forças de Segurança antes de apresentar recomendações para consideração pela

força terrestre no Pacífico. Embora a necessidade de possuir uma capacidade contínua para esse tipo de missão seja evidente, o custo de mantê-la pode ser percebido como excessivamente alto. Consequentemente, deve ser avaliada em termos de trocas contra reduções da Força em geral.

Atualmente, o Exército conduz engajamentos com



O CT Zach Feenstra, Oficial de Navegação, ensina técnicas de navegação aos marinheiros da Marinha do Camboja a bordo do USS *Fort Worth*, durante o exercício de Cooperação em Prontidão e Treinamento Embarcado (CARAT, na sigla em inglês), em 17 Nov 15. O CARAT é uma série de exercícios marítimos anuais e bilaterais entre a Marinha dos EUA, os Fuzileiros Navais dos EUA e as forças armadas de nove nações parceiras, incluindo Bangladesh, Brunei, Camboja, Indonésia, Malaia, as Filipinas, Singapura, Tailândia e Timor-Leste.

(Sgt Antonio Turretto Ramos/ Marinha dos EUA)

outras Forças Armadas no Pacífico, empregando uma força pouca especializada em tarefas de Assistência às Forças de Segurança, no entanto, essa força retém a vantagem de possuir muita experiência operacional, derivada dos dez anos desse tipo de missão. No entanto, conforme o tempo passa, a memória institucional do Exército diminui. Novos militares e comandantes ao ingressaram no Exército, a partir de 2015, jamais terão conhecido o que pode ser realizado por meio de uma assistência bem feita, ou os custos de fazê-la deficientemente ou nem sequer fazê-la.

Para lutar contra essa atrofia, o treinamento para as missões de Assistência às Forças de Segurança devem ser conduzidas simultaneamente e em conjunto com outras tarefas essenciais para a missão, apoiando a competência central da manobra de armas combinadas¹². Assim, os assessores devem ser especialistas no seu ofício antes de poderem adequadamente treinar as

forças de parceiros. Contudo, para as unidades designadas e alinhadas com o USPACOM, as atuais Listas de Tarefas Essenciais para a missão, bem como as alocações de pessoal e as tabelas modificadas de organização e de equipamento devem ser modificados para permitir a implantação ideal da Assistência às Forças de Segurança para apoiar o engajamento do Exército.

É essencial reconhecer o requisito de habilidades nesse tipo de atividade no USPACOM, priorizar e financiar o desenvolvimento de capacidades de maneira apropriada. Para facilitar a priorização e o desenvolvimento de recursos, o Exército e as unidades designadas ao USPACOM devem, também, fazer mudanças institucionais.

No auge das operações no Iraque e no Afeganistão, havia recomendações para a institucionalização dos esforços de assessoria do Exército em um único comando de assessores. Notavelmente, em seu artigo da *Military Review*, de 2008, intitulado “A Institucionalização da

Adaptação: É hora de um Comando de Assessores do Exército”, John Nagl advogou que “em vez de se concentrar exclusivamente em guerras convencionais passíveis de ocorrer ou não no futuro, o Exército talvez pudesse servir melhor à Nação construindo os recursos mais eficazes para vencer as guerras de hoje”¹³. Embora muitas entidades e instituições do USPACOM se concentrem na formação de várias capacidades para a condução de operações tradicionais, ainda não existe uma organização que se concentra na instrução de comandantes e militares até um padrão reconhecido em idiomas, especialização regional e habilidades culturais para um engajamento efetivo com seus homólogos regionais. Para abordar os requisitos do USARPAC, recomendamos as seguintes mudanças:

Alocação de pessoal para a atividade de Assistência às Forças de Segurança. As políticas de alocação de pessoal devem ser atualizadas para prover praticantes especialmente treinados às unidades designadas ao USARPAC. As posições devem ser criadas para satisfazer os requisitos no escalão brigada de combate. De forma mais precisa, essas organizações devem ser suplementadas com o acréscimo de células de assessoria. A estrutura da equipe de assessoria deve ser baseada imprecisamente nos conceitos anteriores de alocação de pessoal empregados durante desdobramentos no Iraque e no Afeganistão. Liderada por um oficial superior que já tenha completado a instrução de nível intermediário e o treinamento de assessoria, a célula teria a vanguarda da brigada de combate na área de planejamento e coordenação de treinamento e desdobramentos da assessoria.

Idealmente, integrantes da célula terão servido anteriormente em missões do USPACOM, serão bem qualificados nos vários aspectos linguísticos e culturais da região e terão conduzido o tipo de missões de assessoria que ajudarão a planejar e coordenar. As formações que participam frequentemente nos exercícios regionais precisam de um pequeno grupo de profissionais que são acostumados com a missão de assessoria e entendem a importância de engajar com parceiros dentro da região.

Alinhado com o conceito emergente do Exército para a função de combate de engajamento, o núcleo da célula deve ser a 7ª (informar e influenciar) e a 8ª (Assuntos Cívicos) seções de brigada de combate autorizadas pela lista de tarefas essenciais para a missão.

Ênfase na capacidade em idiomas. Uma segunda prioridade nas células de assessoria deve ser a alocação de indivíduos com idiomas e competências culturais específicos para as suas áreas de operações. Embora o Exército não necessariamente deva enviar todos os militares com proficiência em um idioma específico a uma região onde é falado, faz sentido designar uma certa porcentagem de militares norteamericanos com habilidades linguísticas e, talvez, tradições culturais das Filipinas, do Japão e de outras áreas apropriadas a unidades dentro do USARPAC.

Ao analisar quais línguas as unidades designadas aos comandos do USARPAC devem identificar como uma base para a alocação de pessoal, é útil começar com os idiomas dos aliados de tratado, i.e., japonês, coreano, tagalo (para as Filipinas) e tailandês. O chinês mandarim, também, provavelmente se provará ser valioso. A ampliação dos idiomas de competência cultural da região, por meio de alocação de pessoal, irá, sem dúvida, melhorar a cooperação em segurança na área de responsabilidade do USPACOM.

A seleção e o reconhecimento apropriado para as designações de Assistência às Forças de Segurança. Nem todos possuem a personalidade ou a aptidão para os deveres de assessoria. Portanto, as organizações devem escolher indivíduos que possuem as características compatíveis com a gama de missões de Assistência às Forças de Segurança e depois dedicar o tempo para instruir esses militares para tal. Além disso, o preconceito que o Exército viu contra os postos de Assistência às Forças de Segurança e os oficiais designados para a assessoria, durante a última década, terá de ser abordado pelos comandantes em todos os escalões, desde o início. Frequentemente, assessores eram considerados menos favoravelmente do que aqueles atuando em papéis tradicionais de combate. Um sistema de identificação, instrução e administração deve ser estabelecido para garantir que os devidos indivíduos estejam atraídos, selecionados e recompensados pelo seu serviço, de acordo com as suas contribuições para a realização dos efeitos desejados de engajamento.

Além disso, considerando que a instrução de assessoria por agências externas já foi reduzida, o USARPAC deve buscar desenvolver seu próprio curso ou uma “academia de assessores”, talvez ao utilizar o Centro Ásia-Pacífico para Estudos de

Segurança (APCSS, na sigla em inglês) como o centro de estudos regionais centradas na Ásia-Pacífico, do Departamento de Defesa, que especializa pessoal no desenvolvimento e na formação de líderes. Especificamente, oficiais designados para posições de Assistência às Forças de Segurança devem assistir ao Curso Avançado de Cooperação em Segurança do APCSS, no início do seu posto. O curso exporia esses oficiais a uma rede de mais de cem líderes internacionais de até 40 países do Ásia-Pacífico e estabeleceria relações que podem ser utilizadas durante o seu desdobramento, de fato, por toda a sua carreira.

Além dos cursos externos, as unidades devem desenvolver os seus próprios cursos. Um exemplo de onde isso pode ocorrer seria na Lightning Academy (*Academia Relâmpago*) da 25ª Divisão de Infantaria e especificamente, no Lightning Leader Course (*Curso Relâmpago para Líderes*). Esse curso recém-desenvolvido visa formar oficiais subalternos e graduados que tomarão parte em engajamentos regionais durante o tempo em que estiverem designados ao USARPAC. Esses cursos devem evoluir para treinar as habilidades necessárias para a missão de Assistência às Forças de Segurança.

As políticas de alocação de pessoal. Por último, as unidades no Pacífico devem buscar estender o tempo que militares são designados para a região. O perfil de engajamento do USARPAC está cheio de unidades executando vários exercícios com parceiros de nação-anfitriã anualmente. O Exército deve considerar se a política atual de um rodízio máximo de 36 meses, executados por certas forças designadas para o USARPAC, é necessária. Outro meio de manter o conhecimento institucional seria o desenvolvimento de um sistema que tenha por objetivo realocar indivíduos consecutivamente dentre as unidades do USARPAC. Para aproveitar as lições aprendidas dos exercícios regionais visados para desenvolver e reforçar melhor relações com as forças de parceria, militares designados para um comando combatente, na função de assessoria, devem ter rodízios de utilização mais prolongados.

Treinamento para um Papel de Assessoria no Pacífico

A alocação das pessoas certas é efetiva apenas se esses indivíduos são devidamente treinados para

vencer nas missões de Assistência às Forças de Segurança. O Exército dos EUA descreve a distinção entre treinamento para missões tradicionais de ação decisiva e o treinamento para o emprego de forças alinhadas regionalmente. “Instrução focada na lista padrão de tarefas essenciais para a missão para as Operações Terrestres Unificadas prepara as nossas forças para que possam se distinguir durante as fases ‘obter a iniciativa’ e ‘dominar’ de uma operação. A instrução focada nas forças alinhadas regionalmente — em particular idiomas, especialização regional e habilidades culturais — combinada com treinamento em habilidades de assessoria e de assistência, prepara as forças do Exército para as fases ‘formar’ e ‘dissuadir’ de uma operação”¹⁴. Essa orientação, extrapolada além das forças alinhadas regionalmente e aplicada às forças subordinadas e atrelada com a ênfase do Comandante do USPACOM nas tarefas da Fase 0, aponta para a necessidade de adestrar forças designadas a e alinhadas para o USARPAC para administrar as complexidades da Assistência às Forças de Segurança na área de responsabilidade.

Os exercícios regionais com parceiros no Pacífico terão êxito apenas se as unidades considerarem o requisito para adestrar para a Assistência às Forças de Segurança como uma operação decisiva. Ao prover orientação a unidades sobre as prioridades de treinamento, as atividades de assessoria são registradas dentro da tarefa essencial de “Conduzir operações de estabilização” como uma subtarefa encaixada no grupo de tarefas “Coordenar serviços essenciais para a nação anfitriã”¹⁵.

Apesar dessa formalização, muitas brigadas de combate por todo o Exército têm assumido risco ao abster-se de fomentar essas habilidades de assessoria e, em vez disso, concentrar na reciclagem e desenvolvimento das tarefas principais de *combate*. Essa concentração é principalmente justificada conforme restauramos e revitalizamos nossas competências convencionais centrais. Contudo, dentro do USPACOM, a probabilidade de executar algum tipo de missão de assessoria é quase certa e portanto, merece a devida atenção. Assim, as unidades precisam buscar um equilíbrio para obter e preservar a proficiência nas tarefas de assessoria ao mesmo tempo que mantêm as competências centrais relacionadas ao combate.

O Equipamento e o Apoio às Equipes Expedicionárias

Outro fator crítico para consideração é como melhor equipar e apoiar os elementos de Assistência às Forças de Segurança no USPACOM. Apesar das limitações orçamentárias, o equipamento e o apoio às formações conduzindo vários esforços regionais não podem ser subvalorizados. Um dos primeiros fatos simples é que as unidades precisam de equipamento adaptado para a área operacional que irão adentrar. Por exemplo, as formações do Pacífico precisam ser equipadas para vencer em ambientes de selva. As prioridades de aquisição da unidade devem, dentro das limitações orçamentárias, distribuir equipamento que garantirá que as pequenas unidades prestes a se desdobrarem podem efetivamente apoiar exercícios por todo o Pacífico.

O processo atual para financiar esse tipo de missão é extremamente burocrático e não é responsivo às necessidades variáveis e emergentes. Portanto, o USPACOM deve considerar a implantação de um mecanismo de financiamento semelhante com o Programa de Resposta de Emergência do Comandante empregado durante a Operação *Iraqi Freedom*. Isso capacitaria as unidades operacionais a financiar atividades e iniciativas emergentes e urgentes, bem como ter financiamento facilmente disponível para apoiar às operações dentro das nações parceiras.

Um maior e abrangente aspecto do apoio se baseia em como o USARPAC deve conduzir o apoio durante exercícios regionais por todo o Pacífico. Atualmente, as unidades enviam e recebem equipamento a partir de sua sede quando participam em um exercício. No exercício *Pacific Pathways*, de 2014, do USARPAC, os equipamentos foram transportados em “navios pilotados por terceirizados”, que é um meio ineficiente de apoiar às forças¹⁶.

Embora o programa *Pacific Pathways* continue a evoluir, o padrão “Darwin” do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) dos EUA pode ser útil como molde para o desenvolvimento de modelos de apoio futuros do Exército. Esse modelo, atualmente na sua infância, proporciona aos elementos do CFN uma base de apoio que pode ser aproveitada em apoio aos exercícios de cooperação em segurança. O Exército pode buscar utilizar o Camp Zama, no Japão, como nóculo logístico em apoio aos exercícios regionais ao construir conjuntos de equipamento e de apoio à força nesse lugar, a partir do qual as unidades podem valer-se enquanto estão em trânsito para outras nações.

Conclusão

O Exército continuará a participar de vários exercícios em apoio ao objetivo do USPACOM de formar o teatro de operações. Para fazer isso efetivamente, as unidades do Exército devem adotar a mentalidade de Assistência às Forças de Segurança. A devida alocação de pessoal e o adestramento de formações para assessorar não serão fáceis — exigirão mudanças institucionais dentro do Exército dos EUA e das outras Forças Singulares. Não obstante, essas mudanças permitirão que as equipes que se preparam para fazer parceria com forças em toda a área de responsabilidade do USPACOM possam aproveitar o tempo que têm juntos para realizar os objetivos estratégicos nacionais da Fase 0. ■

As ideias e opiniões expressas neste artigo são do autor e não refletem as posições ou políticas oficiais da RAND Corporation, do Departamento de Defesa, do Exército ou de quaisquer outros órgãos do governo dos EUA.

Ten Cel Daniel Gibson, do Exército dos EUA, serve atualmente na 82ª Divisão Aeroterrestre. É mestre em Ciências Militares pela Marine Corps University e bacharel pelo Virginia Military Institute. Postos recentes incluem serviço como bolsista do Fellowship de Pesquisa do Exército com a RAND Corporation no Arroyo Center em Santa Monica, na Califórnia, e a função de Oficial da 3ª Seção de Brigada de Combate, da 25ª Divisão de Infantaria.

Cap Jon Cheatwood, do Exército dos EUA, é estudante de pós-graduação em Direito e Diplomacia na Fletcher School, da Tufts University. É bacharel pela Academia Militar dos EUA e recentemente foi designada à 25ª Divisão de Infantaria.

Referências

1. Barack Obama, "Remarks By President Obama to the Australian Parliament," Canberra, Australia, 17 Nov. 2011, acesso em: 9 jul. 2015, <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>.
2. Office of the Secretary of Defense, *Quadrennial Defense Review 2014* (Washington, DC: U.S. Department of Defense, 2014), p. VIII, acesso em: 9 jul. 2015, http://archive.defense.gov/pubs/2014/Quadrennial_Defense_Review.pdf.
3. Barack Obama, *National Security Strategy*, (Washington, DC: Office of the President of the United States, February 2015); Department of Defense, *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*, January 2012, website do Departamento de Defesa, acesso em: 9 jul. 2015, http://www.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf.
4. Harry B. Harris, "USPACOM Command Guidance," website do U.S. Pacific Command, acesso em: 8 nov. 2015, <http://www.pacom.mil/Portals/55/Documents/USPACOM%20Mission%20Vision%20Guiding%20Principles.pdf>.
5. Field Manual (FM) 3-22, *Army Support to Security Cooperation* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 2013), p. 1-10.
6. Vincent Brooks e Charlie Kim, "U.S. Army Pacific Makes Major Moves to Face Regional Challenges," *Army*, 1 Apr. 2014, p. 33.
7. Joint Publication 5-0, *Joint Operation Planning* (Washington, DC: U.S. GPO, 2011), p. xxiii.
8. Os intercâmbios de ação combinada (*Agreed-to-action exchanges*) são trocas de pessoal entre unidades, onde os parceiros utilizam áreas de adestramento e recurso disponíveis para conduzir treinamento combinado de pequenas unidades que capacitam militares e comandantes a validarem sistemas e táticas compartilhados. Segundo o plano, geralmente são executados sob a autoridade do Programa de Intercâmbio de Unidades Recíprocas, como esboçado no Panfleto do Exército 11-31, *Manual de Cooperação em Segurança do Exército* (DA Pamphlet 11-31, *Army Security Cooperation Handbook*), (Washington, DC: U.S. GPO, 6 February 2015), p. 37.
9. Leslie A. Payne e Jan Osburg, *Leveraging Observations of Security Force Assistance in Afghanistan for Global Operations* (Santa Monica, CA: RAND Arroyo Center, 2013), p. 29.
10. Ibid., p. 12.
11. FM 3-22, *Army Support to Security Cooperation*; FM 3-07.1, *Security Force Assistance* (Washington, DC: U.S. GPO, 1 May 2009).
12. Daniel Marston, "Lost and Found in the Jungle," Hew Strachan, ed., *Big Wars and Small Wars: The British Army and the Lessons of War in the 20th Century* (New York: Routledge, 2006), p. 84. Marston fornece um bom exemplo de quão rápido as lições aprendidas podem ser esquecidas. Ele discute o esforço inacreditável de transformar o Exército Indiana Britânico (Maio de 1942 até Junho de 1943) para lutar na selva contra os japoneses. Inverteu a maré entre 1944 e 1945 e chegou a ser a melhor treinada organização combate silvestre no mundo, na época. Três anos depois, no início da Emergência Malaia em 1948, as lições aprendidas tinham sido perdidos, em grande medida.
13. John Nagl, "Institutionalizing Adaptation: It's Time for an Army Advisor Command," *Military Review* (September–October 2008): p. 88. Para a versão em português, veja, John Nagl, "A Institucionalização da Adaptação: É hora de um Comando de Assessores do Exército", Edição Brasileira da *Military Review* (Janeiro-Fevereiro 2009): p. 29. Consulte, também, Michael D. Jason, "Integrating the Advisory Effort in the Army: a Full-Spectrum Solution," *Military Review* (September–October 2008): p. 27.
14. "U.S. Army Forces Command Regionally Aligned Forces (RAF) Training Requirements EXORD," website da Army Training Network, 11 Feb. 2014, acesso em: 27 set. 2014, https://atn.army.mil/dsp_template.aspx?dplID=458 (exige um "common access card" [CAC], um cartão inteligente do Departamento de Defesa).
15. "HQDA Standardized METL: Infantry Brigade Combat Team (IBCT)," website da Army Training Network, accessed 7 December 2015, <https://dtms.army.mil/FSO/> (exige um "common access card" [CAC], um cartão inteligente do Departamento de Defesa).
16. Paul McLeary, "Army's New Pacific Pathway: New Tactics, Lessons Learned," *Defense News*, 13 Oct. 2014, acesso em: 9 jul. 2015, <http://www.defensenews.com/article/20141013/SHOWSCOUT04/310130028/Army-s-Pacific-Pathways-New-Tactics-Lessons-Learned>.
17. Megan Eckstein, "Marines Testing Operating from Foreign Ships, Near-Forgotten Platforms to Bring Units Back to Sea," website da USNI News, 23 Jun. 2015, acesso em: 12 nov. 2015, <http://news.usni.org/2015/06/23/marines-testing-operating-from-foreign-ships-near-forgotten-platforms-to-bring-units-back-to-sea>.